



O futuro do pretérito

NELSON ASCHER



A história não observa a regularidade do sistema decimal, mas números redondos ajudam a mente a superpor-lhe sua própria perspectiva. Quinhentos anos, cinco séculos, meio milênio — isso é bastante tempo. E torna-se difícil resistir à tentação contábil do balanço. Queira-se ou não, a história de "nossa" América começou precisamente em 1492. Trata-se, sem dúvida, de uma América entre tantas outras, como a das sagas islandesas, a de todos os seus habitantes nativos e a de cada um de seus grupos — ao que consta, afinal, não havia na América pré-colombiana uma unidade que permitisse pressupor que cada grupo ou civilização via de forma idêntica seu mundo continental —, a de todos os mitos anteriores e posteriores à fatídica descoberta. Mas, é essa que, por um lado, impôs ao resto do mundo a realidade de sua existência e, por outro, permite, no momento, que as outras sejam ao menos consideradas. A história dessa América compreende (ou tenta compreender) a de todas as outras como parte de si mesma.

Tem se tornado costumeiro, nos últimos anos, referir-se à descoberta, conquista ou colonização do assim chamado Novo Mundo como um empreendimento cruel, sanguinário e até mesmo genocida. Seria difícil achar alguém dotado de um mínimo de bom-senso que visse no referido empreendimento algo de preponderantemente humanitário. Inegável, contudo, é que tenha sido humano, nem mais nem menos. Massacres houve, e muitos, mas o termo genocídio é descabido simplesmente por pressupor uma tecnologia inexistente cinco séculos atrás. Sabe-se hoje que o despojoamento do continente, em seus duzentos primeiros anos de contato com o Velho Mundo, ultrapassa as estimativas mais catastróficas, podendo inclusive ter resultado na aniquilação de 90-95% da população nativa. As causas dessa tragédia não se encontram, porém, no domínio da política e sim no da epidemiologia, resultando diretamente do contato de populações indefesas em face de novas doenças com outras cuja carreira pregressa, ao facultar-lhes o contato com uma gama maior de moléstias, ensejara um maior preparo imunológico. Esses fatores desbordam igualmente a razão e a consciência dos recém-chegados, embora não tivessem sido necessariamente mal-recebidos.

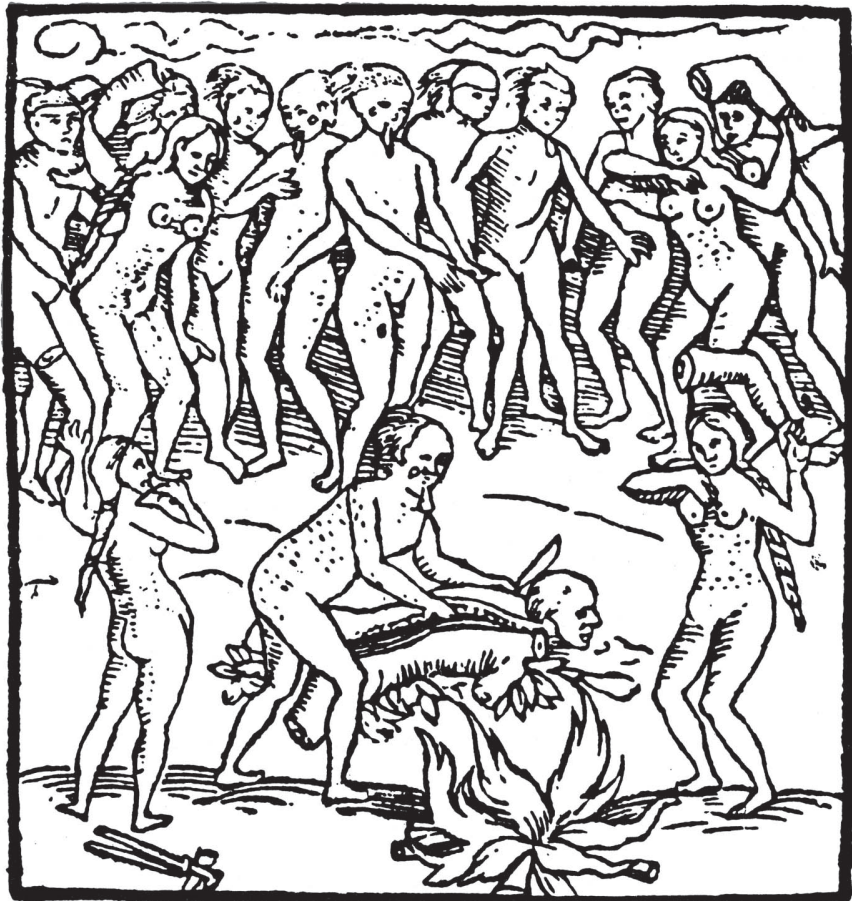
Quanto ao caráter humano — não humanista nem humanitário —, convém lembrar que a expansão imperial (colonial, etc.) não era nem é novidade na história do homem, nem foi invenção européia, nem era algo estranho ao Novo Mundo. É demasiado simplório imaginar que apenas o Ocidente moderno, que começou a despontar como pólo de poder na época mesma das descobertas, possa ser o único responsável por todos os males da história. Pode-se atribuir a uma série complexa de elementos as razões que levaram os países do Atlântico Norte a uma posição de pujança, nos últimos séculos, em praticamente todo o planeta. Ainda assim, tais elementos, diferentemente combinados, estavam presentes em outras civilizações, como, por exemplo, a China Imperial que, antes de voltar a se fechar para o mundo exterior, experimentou um curto período de exploração ultramarina que levou suas naus até as costas de Madagascar. Nada indica que uma eventual descoberta americana da Europa, se pudesse ter ocorrido, seria mais idílica. Basta observar que os povos subjugados pelos astecas — uma civilização cruel e assassina como as piores —, revoltando-se contra seus dominadores, viram em Cortez um aliado e um libertador. Ressalve-se, contudo, que, se o Canadá se recusou a participar das comemorações do quinto centenário, é porque trata-se do país onde se alcançou, provavelmente, o melhor convívio com as populações nativas e onde, também, os direitos destas têm sido mais escrupulosamente observados.

Desde que se pode, portanto, falar em história americana, essa pertence, indiscutivelmente, ao contexto mais amplo da história da expansão e busca — bem-sucedida — de hegemonia do Ocidente capitalista. Ao mesmo tempo ocorre um fato curioso: nenhuma história foi tão minuciosamente historiada quanto a do Novo Mundo. Desde o primeiro momento, testemunhas oculares da descoberta, como Colombo em seu diário ou Pero Vaz de Caminha em sua carta, ou da conquista, como Bernal Díaz del Castillo, companheiro de Cortez, registram os acontecimentos. Assim, a América começa plenamente inscrita numa determinada história, numa determinada forma de escrevê-la. O paradoxo é que, nesse sentido, o Novo Mundo é o mais histórico de todos.

Octavio Paz comentou, mais de uma vez, que a criação dos Estados Unidos corresponde a uma vontade de romper com a história, mais especificamente com a história européia. Não se tratava, pois, de um desejo de pessoas alheias a essa história, mas de gente enauseada por ela, que desejava romper com ela. Em maior ou menor grau,

NELSON ASCHER é jornalista, ensaísta e tradutor. É organizador e tradutor da antologia de poesia húngara *Canção Antes da Ceifa* (Edições Arte Pau-Brasil).

Na página anterior e nas duas seguintes, gravuras sobre canibalismo de índios brasileiros, do livro de Hans Staden, 1557, Alemanha



Banco de Dados

essa relação ambígua com a história européia caracteriza todo o continente. Em todos os lugares dele parece ter havido uma vontade de começar do zero e, para tanto, a catástrofe epidemiológica que acometeu as populações nativas pode ter ajudado a eliminar os traços de toda história anterior, embora essas populações, onde sobreviveram, fossem geralmente consideradas exteriores à história ou desprovidos dela.

Essa maneira de compreender a história do continente está na raiz de inúmeros mitos, equívocos e idealizações. Uma forte propensão a procurar no continente algo de diferente e originário influenciou tanto a visão do seu passado quanto a avaliação de sua real situação presente. Se isto, no caso específico dos Estados Unidos, provou-se vantajoso, para a América Latina em geral não se pode dizer o mesmo. O resultado, no subcontinente, foi uma multiplicação espantosa de teorias explicativas que, conforme o tempo passa, revelam-se pouquíssimo apegadas ao real e seus matizes. Em outras palavras, uma visão apriorística da história latino-americana, derivada mais de modelos teóricos do que da observação inteligente, atrapalha, até hoje, a capacidade de seus países de reagirem aos desafios do momento.

Numa situação como a atual isso se coloca de maneira premente, pois assiste-se agora a uma redefinição das correlações de força em todo o mundo, com consequências nos campos da política, economia e outros. O que vem ocorrendo é uma espécie de segunda Revolução Russa, ou, mais precisamente, uma Revelação Russa, durante a qual se patenteou que, no antagonismo bipolar das superpotências chamado Guerra Fria, a URSS efetivamente perdeu na frente econômica. Revelou-se também, com o desmantelamento do império soviético, que seu lugar não seria tomado pela superpotência rival, mas que se instalaria no mundo uma multipolaridade, cujos centros atuais, além dos próprios Estados Unidos, são também o Japão, acompanhado de outras nações asiáticas como Taiwan e Coréia do Sul, e a Alemanha unificada capitaneando a Europa tanto a leste quanto a oeste.

Nesse contexto, num golpe súbito, a posição estratégica ou não, as possibilidades econômicas e o peso político da América Latina mudaram inteiramente. Há, por



exemplo, a possibilidade de que o poder de barganha em face dos EUA que provinha da guerra fria deixe de existir nos termos em que se colocava anteriormente, mas que, por outro lado, na medida em que Alemanha e Japão já possuem suas respectivas áreas de influência e expansão econômica, que novas possibilidades se abram na relação da América Latina com os EUA, enquanto mercado preferencial. Os recentes acontecimentos provam quão equivocadas estavam as teses que pregavam um alinhamento simples com um ou outro lado do conflito global, ao mesmo tempo em que tornaram obsoletos modelos que, durante quase meio século, pareciam inabaláveis. No entanto, o apego mesmo a tais modelos diminuiu sensivelmente a capacidade de reação do subcontinente às mudanças internacionais — e, em nenhum caso isso desponta mais claramente do que em Cuba, onde o apego a determinado modelo teórico desafia não só os mais inegáveis fatos e toda e qualquer racionalidade, mas os próprios pressupostos do modelo em questão.

No que diz respeito ao Brasil, não há nada que mais lhe falte do que uma discussão crítica dos modelos interpretativos que têm vigorado e influenciado a compreensão e ação do país nos últimos cem anos. Necessita-se também de um trabalho assíduo de reinterpretação do trajeto histórico do país. Não se trata de negar os modelos porque sejam estrangeiros ou antigos, mas de, através da crítica, recuperar o seu valor heurístico, pois tais modelos têm sido freqüentemente usados não como um apoio da interpretação e sim como seu substituto.

Todo esforço que vise reinserir o país numa posição mais vantajosa no contexto internacional necessita de um esforço intelectual prévio que diagnostique os recursos e os males presentes, bem como os acertos e os erros passados. Em última instância isso implica um acerto de contas com a história, não só com o que de fato aconteceu (o que, aliás, nunca pode ser estabelecido com precisão absoluta, nem está jamais inteiramente acima das interpretações), mas sobretudo com o que foi escrito e com o modo segundo o qual tal escrita influenciou, além da visão do passado, a concepção das metas futuras. Essa é a única maneira possível de transformar a história — que, atualmente, não passa de um peso — num recurso verdadeiramente útil.